

---

**EDUCAÇÃO E HEGEMONIA: A FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS NA ITÁLIA DOS ANOS 20, A ORGANIZAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM SÃO PAULO E A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL**

**EDUCACIÓN Y HEGEMONÍA: LA FORMACIÓN DE LOS INTELLECTUALES EN ITALIA DURANTE LOS AÑOS 20, LA ORGANIZACIÓN PARA LA INDUSTRIALIZACIÓN DE SÃO PAULO Y LA CONSTRUCCIÓN DE HEGEMONÍA BURGUESA EN BRASIL**

**EDUCATION AND HEGEMONY: THE FORMATION OF INTELLECTUALS IN ITALY FOR 20 YEARS, THE ORGANIZATION FOR INDUSTRIALIZATION OF SÃO PAULO AND THE CONSTRUCTION OF BOURGEOIS HEGEMONY IN BRAZIL**

Fábio Fernandes Villela<sup>1</sup>

**Resumo:** A formação de intelectuais, sob uma perspectiva gramsciana (GRAMSCI, 2000), foi abordada ao longo de nossa trajetória acadêmica, por exemplo, Villela (2003; 2008; 2009; 2010-2012; 2011; 2012; 2014). Este artigo tem como objetivo retomar algumas relações entre a educação dos intelectuais na Itália dos anos 1920, a organização da industrialização em São Paulo e a construção da hegemonia burguesa no Brasil. Neste trabalho revejo minha dissertação de mestrado, Villela (2003), cujo objetivo foi compreender a racionalização dos processos de trabalho em escritórios de arquitetura. Esta dissertação de mestrado possibilitou traçar, entre outros aspectos, outra história da relação entre arquitetura e Estado no Brasil a partir da industrialização em São Paulo. Baseados na noção de intelectuais de Gramsci, discutimos a concepção ampliada de Estado e vislumbramos um determinado tipo de Estado que, em nosso caso, é o Estado Industrialista. E nos interessava relacionar as políticas públicas desse Estado para a industrialização às indústrias projetadas pelo escritório Rino Levi Arquitetos Associados SC Ltda. (ERLAA) que desenvolveu, ao longo de suas atividades das décadas de 1920 a 1990, muitos projetos na cidade de São Paulo. A relação ora proposta é inédita. Alicerçados nesta relação, colocamos em cena outra acerca da formação dos intelectuais e a hegemonia, de um ponto de vista gramsciano.

**Palavras-chave:** Formação de intelectuais; educação e hegemonia; práticas de escritório; intelectuais e política – Brasil; industrialização – São Paulo (cidade); hegemonia burguesa.

**Resumen:** La formación de los intelectuales, en términos de Gramsci (Gramsci, 2000), fue abordado a lo largo de nuestra carrera académica, por ejemplo, Villela (2003; 2008; 2009; 2010-2012; 2011; 2012; 2014). En este artículo se pretende reanudar algunas relaciones entre la educación de los intelectuales en Italia durante los años 1920, la organización de la industrialización de São Paulo y la construcción de la hegemonía burguesa en Brasil. En este trabajo reviso mi tesis, Villela (2003), cuyo objetivo era entender la racionalización de los procesos de trabajo en las oficinas de arquitectura. Esta tesis posible rastrear, entre otras cosas, otra historia de la relación entre la arquitectura y el Estado en Brasil a partir de la industrialización en São Paulo. Sobre la base de la noción de intelectuales Gramsci, se discute el diseño de estado extendido y la visión de un tipo particular de Estado, que en nuestro caso es el industrial Estado. Y relacionarse interesados en las políticas públicas de ese Estado para las industrias de industrialización de oficinas diseñado por Rino Levi Arquitectos Asociados SC Ltda. (ERLAA) que se ha desarrollado a lo largo de las décadas sus actividades desde 1920 hasta 1990, muchos proyectos en la ciudad de São Paulo. La relación que aquí se propone no tiene precedentes. Fundamentada en esta relación, puesto en otra escena sobre la formación de los intelectuales y la hegemonía, un punto de vista gramsciano.

**Palabras clave:** Formación de los intelectuales; educación y hegemonía; oficina de prácticas; intelectuales y política – Brasil; industrialización – São Paulo (ciudad); la hegemonía burguesa.

**Abstract:** The formation of intellectuals, in Gramscian terms (GRAMSCI, 2000), was addressed throughout our academic career, for example, Villela (2003; 2008; 2009; 2010-2012; 2011; 2012; 2014). This article aims to resume some relationships between education of intellectuals in Italy for years 1920, the organization of industrialization in São Paulo and the construction of bourgeois hegemony in Brazil. In this paper I review my dissertation, Villela (2003), whose aim was to understand the rationalization of work processes in architectural offices. This dissertation possible to trace, among other things, another story of the relationship between architecture and state in Brazil from industrialization in São Paulo. Based on the notion of intellectuals Gramsci, we discuss the extended state design and envision a particular kind of state, which in our case is the State industrialist. And relate interested in public policy of that State for industrialization industries office designed by Rino Levi Architects Associate SC Ltda. (ERLAA) that has developed over the decades its activities from 1920 to 1990, many projects in the city of São Paulo. The relationship proposed here is unprecedented. Grounded in this relationship, put in another scene about the formation of intellectuals and hegemony, a Gramscian point of view.

**Keywords:** Formation of intellectuals; education and hegemony; practices office; intellectuals and politics – Brazil; industrialization – São Paulo (city); bourgeois hegemony.

Retocai o céu de anil  
Bandeirolas no cordão  
Grande festa em toda a nação  
Despertaí com orações  
O avanço industrial  
Vem trazer nossa redenção.  
(Tom Zé. *Parque Industrial*. In: Tom Zé, 1968.)

Este artigo tem como objetivo retomar algumas relações entre a educação dos intelectuais na Itália dos anos 20, a organização da industrialização em São Paulo e a construção da hegemonia burguesa no Brasil. Neste trabalho revejo minha dissertação de mestrado, Villela (2003), cujo objetivo foi compreender a racionalização dos processos de trabalho em escritórios de arquitetura. Algumas conclusões da minha dissertação de mestrado só foram possíveis devido à oportunidade, da qual sou imensamente grato, de colaborar na organização e digitalização de imagens do acervo de Rino Levi na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FAU PUC-Campinas), quando o escritório encerrou suas atividades. O Escritório Rino Levi Arquitetos Associados contratou os melhores fotógrafos de sua época para registrar, da planta no papel à obra construída em canteiro, preocupados com a preservação da memória e cientes de que lidavam com construções inovadoras<sup>2</sup>.

Esta dissertação de mestrado possibilitou retrair, entre outros aspectos, outra história da relação entre “arquitetura e estado” no Brasil a partir da industrialização em São Paulo. Baseados na noção de intelectuais de Gramsci, discutimos a concepção ampliada de Estado e vislumbramos um determinado tipo de Estado que, em nosso caso, é o Estado Industrialista. E nos interessa relacionar as políticas públicas desse Estado para a industrialização às indústrias projetadas pelo escritório Rino Levi Arquitetos Associados SC Ltda., doravante, ERLAA, que desenvolveu, ao longo de suas atividades das décadas de 1920 a 1990, muitos projetos na cidade de São Paulo e sua macrorregião. A relação ora proposta é inédita. Alicerçados nesta relação, pudemos colocar em cena outra acerca dos intelectuais e a industrialização de São Paulo.

No ano de 1928, abria seu escritório em São Paulo um arquiteto que tinha se formado na Itália e que devia ocupar um lugar notável na Arquitetura Moderna Brasileira. Tinha nascido em São Paulo, mas os pais eram italianos. Estudou primeiramente na Academia de Brera em Milão, depois na Escola Superior de Arquitetura em Roma, onde conseguiu o diploma em 1926, tendo por professores Giovannoni, Piacentini, Del Debbio e Foschini. Os princípios educativos do arquiteto estavam baseados na integração entre arte e técnica, base do “arquiteto integral”, proposto por Giovannoni em 1916. O “arquiteto integral” era o modelo de atuação profissional que orientou a criação da Escola Superior de Arquitetura de Roma, a qual pretendia unir uma formação artística acadêmica com os conhecimentos técnicos e científicos necessários para a construção, para os novos usos e para intervir eficientemente nas transformações das cidades italianas.

A tese do “arquiteto integral” possui o mesmo fundo ideológico do arquiteto alemão Walter Gropius, cujo slogan era: “da colher à cidade” ou “do capitel à cidade” e que configurou-se como um mito-fundador da intervenção urbana moderna na Itália. Este princípio educativo “giovannoniano” postula a formação do “projetista integral”, do “arquiteto que faz tudo”, do projetista onisciente que renega as especialidades das disciplinas. A formação profissional de Rino Levi está imersa nestes princípios educativos que exerceram profundos traços sobre sua personalidade. Suas primeiras obras de impacto em São Paulo foram o edifício Columbus, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, o cinema UFA-Palace, na Avenida São João, a residência Médici, em Santo Amaro, o edifício Sarti, na Praça da República, entre outros. Todos edifícios elaborados de forma racional, com clareza, simplicidade de volumes, estrutura evidente e plantas detalhadas com esmero. Discreto, sem polemizar, com seriedade, tenacidade e a profundidade de seu preparo, Rino Levi combatia o “bom combate” em favor da Arquitetura Moderna, desenvolvendo uma obra paralela àquela de seu colega de estudos em Roma: Gregori Warchavichik. A arquitetura de Rino Levi não nos seria de todo clara, sem considerar as influências sutis e duráveis que a cultura italiana exerceu sobre sua formação.

### ***A educação dos intelectuais na Itália nos anos 20 e a divisão do ensino entre acadêmicos e politécnicos***

A formação de intelectuais, sob uma perspectiva gramsciana (GRAMSCI, 2000), foi abordada ao longo de nossa trajetória acadêmica, por exemplo, Villela (2003; 2008; 2009; 2010-2012; 2011; 2012; 2014). Neste texto, recuperamos algumas questões desenvolvidas em diversos trabalhos, tais como, a formação de intelectuais, a industrialização em São Paulo e a questão da hegemonia. A reconstrução histórica da educação dos intelectuais, na Itália dos anos 1920, da qual Rino Levi fez parte, foi desenvolvida por Anelli (1995) e Anelli, Guerra e Kon (2001). O autor mostra que durante o século XIX introduziu-se na Itália a divisão do ensino entre as escolas politécnicas e as academias de belas-artes. Segundo Anelli (1995), a origem desta divisão está nas transformações advindas da Revolução Francesa em 1789, da qual faz parte a substituição da *Académie Royale d'Architecture* por novas estruturas de ensino das artes criadas pelas leis

revolucionárias, acompanhadas pela ascensão da *École Polytechnique*, que assumia diversas atribuições, dentre elas, a formação dos arquitetos.

As escolas politécnicas, conforme Anelli (1995) estavam ativamente engajadas na superação dos privilégios dos nobres acadêmicos do antigo regime. Desdobramentos dessa situação francesa atingiram rapidamente o meio arquitetônico italiano. Ainda que as academias italianas tenham sobrevivido inalteradas ao período napoleônico, o surgimento das escolas de aplicação, nos moldes da *École Polytechnique*, levou para a Itália, na primeira metade do século XIX, a divisão do ensino entre acadêmicos e politécnicos. As primeiras formavam um profissional de acordo com as tradições artísticas, enquanto as segundas introduziam adaptações das metodologias científicas para formar um arquiteto pretensamente mais objetivo.

A atividade da projeção arquitetônica passava a ser objeto de disputa entre dois tipos antagônicos de profissionais. O desconforto da situação gerou constantes esforços de reunificação do ensino de arquitetura, tanto na Itália quanto na França, segundo Anelli (1995). Para o autor, no século XIX podemos encontrar duas propostas visando a criação de um único profissional ligado à projeção da construção: (1) “anti-humanístico”, que propunha uma síntese sob a égide da engenharia; (2) “romântico”, o qual propunha a recusa dos métodos da ciência moderna. Quanto ao ensino politécnico, Anelli (1995, p. 52) afirma:

O método desenvolvido por J. L. Durand, da *École Polytechnique* de Paris, criou as novas bases do ensino de arquitetura nas escolas politécnicas. O objetivo de Durand era adequar o ensino de arquitetura aos métodos ‘científicos’ de ensino de engenharia. Os manuais forneciam regras simples para a análise e utilização dos ‘estilos históricos’, tornando-os facilmente incorporáveis ao projeto. A composição se transformava numa redução dos tratados clássicos para um esquema em malha ortogonal, sobre a qual os elementos funcionais ou estilísticos poderiam ser dispostos com maior ou menor organicidade. Ainda que a tentativa de Durand pretendesse dar uma cientificidade para a arquitetura, o resultado de sua instrumentalização foi um incremento ao ecletismo nascente. Normas ‘objetivas’ permitiam o emprego imediato de qualquer estilo, cujo estudo se limitava aos resumos dos manuais. A divisão entre arte e ciência seria resolvida assim com uma unificação sob a égide da engenharia, pagando-se o preço do afastamento em relação àquilo que se reconhecia tradicionalmente como arquitetura (ANELLI, 1995, p. 52).

A educação na Itália dos anos 1920, segundo Anelli (1995), é fortemente contaminada pelo debate sobre o “ensino politécnico”, o qual foi firmemente combatido pelas academias de belas-artes. Para o autor, em oposição ao “ensino politécnico” propunha-se outra síntese, de caráter “romântico”. Frente às transformações técnicas introduzidas pela engenharia, muitas foram as propostas que pretendiam um retorno ao intuitivo saber construir, completamente hostis aos métodos e procedimentos científicos. As academias de belas-artes foram consideradas retrógradas ou reacionárias em sua recusa em assumir as necessidades de especialização técnica, necessária ao desenvolvimento da ciência e da indústria. As escolas politécnicas propunham uma unidade entre “arte e técnica”, que não poderia ser atingida fora do campo científico, não bastando as evasivas e brilhantes intuições das escolas “acadêmicas”. Conforme mostra Anelli (1995, p. 54):

Apesar do seu forte caráter romântico, esta atitude das academias de belas-artes não deve ser entendida como simples adesão ao neomedievalismo. Também as raízes

renascentistas e classicistas do pensamento acadêmico sobreviviam nesse espírito passadista. Os exemplos das Academias de Belas-Artes de Roma e de Milão são exemplares desse processo. Enquanto em Roma se manifestou uma maior tendência ao passado clássico-renascentista, Milão expressou um romantismo neomedievalista (ANELLI, 1995, p. 54).

Enfim, o embate entre acadêmicos e politécnicos esteve presente na formação do arquiteto Rino Levi e é explicitada por Salmoni e Debenedetti [1953 (1981, p. 142)] quando as autoras afirmam que há, em todos os trabalhos de Rino Levi, mesmo naqueles que melhor se harmonizam com as experiências e com as pesquisas da moderna escola brasileira de arquitetura, a fundamental substancialidade comum à escola arquitetônica italiana; substancialidade que é o reflexo da bagagem de uma tradição secular, da cultura clássica, de um profundo e cuidadoso preparo técnico. E há também, talvez, em alguns trabalhos de Levi, uma diversidade entre peso, que a tradição italiana lhe comunicou, impelindo-o a equilibrar os volumes, a escandir ritmicamente as superfícies, a instituir relações dimensionais, e o imprevisto, o estro, a audácia, a leveza que caracterizam a arquitetura moderna do Brasil.

### ***Os intelectuais e a organização da industrialização em São Paulo***

A partir do estabelecimento em São Paulo, de 1928 até sua morte em 1965, Rino Levi trabalhou sem descanso, contribuindo grandemente na criação do aspecto moderno de São Paulo. Seus antigos colaboradores no escritório conservam, até os dias de hoje, o espírito de seu fundador. O arquiteto Roberto Cerqueira César juntou-se, em 1941, ao escritório como assalariado, passando pouco depois a sócio. O arquiteto Luiz Roberto Carvalho Franco, após estágio de 2 anos, foi convidado em 1951 a participar do escritório como assalariado passando também pouco depois a sócio. Com o falecimento de seu fundador, o escritório continuou suas atividades sob a denominação de “Rino Levi Arquitetos Associados SC Ltda”. Em 1972, o arquiteto Paulo Bruna, que iniciara suas atividades como estagiário, foi convidado a associar-se como diretor. Em 1986, o arquiteto Antônio Carlos Sant’Anna Jr., que também começara a trabalhar no escritório como estagiário em 1974, tornou-se sócio- diretor.

O ERLAA cobriu praticamente todas as áreas do trabalho profissional, em mais de 80 anos de atividades ininterruptas, desde casas isoladas até complexos industriais, edifícios comerciais, escritórios, apartamentos e hospitais. Além do desenvolvimento de projetos, o escritório sempre procurou estar na vanguarda de seu tempo em outros aspectos da arquitetura como produzindo pesquisa em pré-fabricação de canteiro, utilizando estruturas metálicas, implementando a racionalização dos processos construtivos e das práticas de escritório, fazendo uso de computadores aplicados à arquitetura, ensino e participando de atividades públicas e profissionais. No final da década de 1990, o escritório se divide entre os antigos diretores continuando Antônio Carlos Sant’Anna e Luís R. Carvalho Franco com a denominação “Rino Levi Arquitetos Associados SC Ltda” e, logo depois, encerrando suas atividades. Cerqueira César e Paulo Bruna continuaram suas atividades sob a denominação de “Paulo Bruna Arquitetos Associados SC Ltda”.

A influência de Rino Levi na configuração urbana de São Paulo é impressionante. Caminhando pelo centro de São Paulo, observando atentamente os prédios ao nosso redor, chega-se ao reconhecimento do arquiteto Rino Levi como um dos artífices da verticalidade e da configuração moderna

que a capital paulista ganhou no decorrer do século 20. A assinatura do ERLAA está em projetos dos edifícios residenciais e comerciais, Guarani, Higienópolis, Trussardi, Schisser, Porchat, Companhia Seguradora Brasileira, Prudência, no Cine Ipiranga e Hotel Excelsior, no Teatro Cultura Artística, no Instituto Sedes Sapientiae, na sede do Banco Paulista do Comércio, no Hospital Central do Câncer e no Hospital da Cruzada Pró-Infância, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, na residência Olivo Gomes, em São José dos Campos e no Centro Cívico de Santo André. Rino Levi projetou o Edifício Columbus, primeiro condomínio de apartamentos da metrópole (demolido em 1971), onde foram instaladas pesadas cortinas nas sacadas, pois os moradores temiam uma invasão de privacidade, mesmo estando isolados nas alturas. Na Avenida Paulista e adjacências reluzem os prédios Plavinil-Elclor, do Banco Sul Americano e o da Fiesp-Ciesp-Sesi (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-Centro das Indústrias do Estado de São Paulo-Serviço Social da Indústria). Ademais, muitas obras de Levi foram copiadas e disseminadas por arquitetos, engenheiros, mestres-de-obras, exatamente como ele pretendia ao optar por um projeto-padrão relacionado à finalidade do prédio. A importância de Rino Levi para a Arquitetura Moderna Brasileira já rendeu importantes estudos, tais como: Salmoni e Debenedetti [1953 (1981)], Reis Filho (1974), Miguel (1985), Machado (1992), Aranha (1993; 2003), Anelli, Guerra e Kon (2001), Anelli (1995) e Gonsales (2000; 2001).

Uma abordagem ainda inédita, contudo, refere-se ao peso do arquiteto no próprio processo de industrialização paulista, visto que ele e seus sócios de escritório projetaram perto de 80 indústrias, sendo inúmeras multinacionais e boa parte na região do ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema). Rino Levi pode ser considerado o arquiteto da industrialização em São Paulo. Ele estava vinculado a intelectuais da iniciativa privada que criaram um projeto de industrialização para o país, principalmente Roberto Simonsen, articulador do movimento. O grupo tinha comerciantes, industrialistas, banqueiros, agricultores, economistas, funcionários do governo, professores universitários e técnicos, tais como, Gastão Vidigal, Eugênio Gudín, Octavio Gouvêa de Bulhões, Glycon de Paiva, Gileno de Carli, Euvaldo Lodi, João Daudt d'Oliveira, entre outros.

Rino Levi formou-se em Milão e Roma, e seu mestre Marcello Piacentini, com quem chegou a trabalhar, influenciou toda a Arquitetura Moderna Italiana – o *Razionalismo* – e se tornou arquiteto oficial do regime fascista de Mussolini. Levi foi aluno, mas não um adepto de Piacentini. Ainda na Itália, defendia a modernização da arquitetura brasileira, em detrimento da escola neoclássica preconizada pelos fascistas. Ao longo da carreira, porém, sua obra jamais perderia certa “substância” do *razionalismo* italiano. Ao retornar em 1926 ao Brasil, foi contratado pela Companhia Construtora de Santos, pertencente a Roberto Simonsen, o qual nunca participou diretamente do governo Vargas, mas era o que Gramsci (2001a, p. 11) chamou de “intelectual orgânico” da criação de um Estado Industrialista. A relação entre Levi e Simonsen é imprescindível para compreendermos a interação entre “Arquitetura e Estado” no Brasil.

Roberto Simonsen foi um industrial, historiador e político brasileiro. Nasceu em Santos em 1889 e faleceu no Rio de Janeiro em 1948. Foi diretor-geral da prefeitura de Santos, fundou em 1912 a Companhia Construtora de Santos, participando desde então da direção de várias companhias industriais (artefatos de cobre, frigoríficos, borracha e combustíveis líquidos). Liderou, em 1928, uma cisão na

Associação Comercial de São Paulo e, juntamente com outros industriais, fundou o Centro das Indústrias (que, mais tarde, transformou-se na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp). Na vida pública, além de cargos municipais em Santos, foi deputado pelo Partido Constitucionalista à Assembleia Nacional Constituinte (1934-1935) e depois ao Congresso Nacional (até 1937). Foi o idealizador do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e do Sesi (Serviço Social da Indústria) e fundador da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), da Faculdade de Engenharia Industrial (ambas em São Paulo) e do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort). Deputado federal pelo PSD (Partido Social Democrático) paulista em 1945, foi senador (1946), membro do Conselho Federal de Comércio Exterior. Defensor da industrialização do Brasil e da proteção governamental às indústrias polemizou vivamente com partidários do livre-cambismo, particularmente com Eugênio Gudín, que defendiam a “vocação agrícola” do país e atacavam a instala o de indústrias locais. Escreveu vasta bibliografia de História Econ mica, onde se destacam: História Econ mica do Brasil (1937), As Conseq ncias Econ micas da Aboli o (1938), Evolu o Industrial do Brasil (1939), A Indústria em Face da Economia Nacional (1937) e Ensaios Sociais, Políticos e Econ micos (1943), entre outros.

O grupo de intelectuais, do qual Simonsen e Levi fizeram parte, engendrou um “projeto industrialista” a partir dos anos vinte, destinado a inaugurar uma nova fase na história do Brasil, defendendo o direito de conduzir o país   modernidade, através da supera o do subdesenvolvimento e da conquista de um papel diferenciado no cenário internacional. Simonsen transformou-se em líder e porta-voz de poderosa parcela do empresariado e Levi e seu escritório teve papel fundamental na execu o desse “projeto”. Ambos são “intelectuais orgânicos”, cujas práticas expressam essa “vontade coletiva” de racionaliza o e planifica o deste “Estado Industrialista”, e, portanto, agentes privilegiados da industrializa o em São Paulo. Do projeto para o Edifício Sede da Companhia Construtora de Santos de 1926 (não construído), passando pelas 80 indústrias projetadas pelo escritório<sup>3</sup> e pelo projeto do Edifício de Apartamentos para Roberto Simonsen de 1945 (não construído), ao Edifício Sede da Fiesp-Ciesp-Sesi de 1969 na Avenida Paulista, há uma profunda identifica o entre os “projetos” desses intelectuais. O vínculo com Simonsen foi fundamental para que Rino Levi construísse, a partir do escritório montado em 1928, na Capital, uma carreira voltada essencialmente para a “sociedade civil”, termo utilizado especialmente por Gramsci (2001a, p. 239).

O estudo dos intelectuais, tal como formulado por Gramsci, nos permite recolocar importantes questões para a compreensão das rela es entre Estado e Arquitetura no Brasil, uma parcela desses empresários, tais como Simonsen e Levi, reúne as capacidades necessárias para serem organizadores da sociedade em geral, de modo a permitir a máxima expansão de sua própria classe, ou seja, devem ser organizadores estatais. Conforme Gramsci (2001a, p. 237) nos mostra:

Embora não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve ter uma capacidade de organizador da sociedade em geral, em todo seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, pela necessidade de criar as condi es mais favoráveis   expansão de sua própria classe; ou deve possuir pelo menos a capacidade de escolher os “delegados” (empregados especializados) aos quais confiar  essa atividade organizativa das rela es gerais externas   empresa.

Esses “intelectuais condensados” são organizadores políticos e vanguarda da burguesia nacional conforme aponta Bianchi (2001, p. 31-32):

[...] ao mesmo tempo em que são empresários, chefes de negócios, industriais, comerciantes, banqueiros, ou profissionais liberais, são organizadores estatais e realizam a identidade entre representante e representado e são a vanguarda orgânica da burguesia. É aquilo que Gramsci chamava, referindo-se aos moderados no processo de unificação italiana, “intelectuais condensados”. O prestígio e influência destes “intelectuais condensados” sobre o conjunto do empresariado provêm não apenas de suas ideias, como de seu sucesso nos negócios, e o exemplo mais típico existente no Brasil foi o de Roberto Simonsen.

### ***A construção da hegemonia burguesa no Brasil***

Nosso interesse pelo tema dos intelectuais, retomado a partir de Gramsci, deriva diretamente do destaque que tem para este autor a problemática da hegemonia. Conforme nos mostra Gruppi (2001, p. 80), “uma hegemonia se constrói quando tem os seus quadros, os seus elaboradores. Os intelectuais são os quadros da classe econômica e politicamente dominante; são eles que elaboram a ideologia. Os intelectuais são os ‘persuasores’ da classe dominante, são os ‘funcionários’ da hegemonia da classe dominante”. Um dos interesses em estudar as indústrias projetadas pelo ERLAA em nossa dissertação de mestrado advém da possibilidade de compreensão da constituição da hegemonia burguesa no Brasil. Como afirma Gramsci (2001a, p. 10-11): “a hegemonia nasce da fábrica e não tem necessidade para exercer-se senão de uma quantidade mínima de profissionais intermediários da política e da ideologia”. E ainda:

[...] a vida na indústria exige um tirocínio geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo inato, “natural”, mas demanda ser adquirido, [...] a baixa natalidade urbana demanda um gasto contínuo e relevante para o tirocínio dos continuamente novos urbanizados, e traz uma contínua mudança da composição sociopolítica da cidade, colocando continuamente sobre novas bases o problema da hegemonia (GRAMSCI, 2001a, p. 10-11).

Essa racionalização significa racionalizar os modos de viver, os novos métodos de trabalho – o Taylorismo e o Fordismo –, que Gramsci chamou de Americanismo, e que são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar, de sentir a vida, de construir e habitar da qual a Arquitetura Moderna Brasileira é sua expressão refinada.

Simonsen foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a defender o trabalho racional dentro da indústria cuja expressão é o Americanismo descrito por Gramsci (2001b, p. 237), e apresentado magistralmente no filme *Tempos Modernos* por Chaplin. Rino Levi levou esse processo de produção para dentro de seu escritório de arquitetura. Chamado de “racionalista dos trópicos” de onde vem a metáfora do título de nossa dissertação: Hespéria nos Trópicos (que é como os gregos chamavam a Itália), Rino Levi procurou racionalizar os processos de trabalho em escritório, padronizando seus projetos, criando, por exemplo, “programas” para prédios residenciais, comerciais, indústrias, hospitais, garagens verticais. Seus funcionários ficavam incumbidos de racionalizar todos os detalhes de determinado “programa” arquitetônico de forma a permitir que ela fosse reproduzida *ad infinitum*. Formou-se assim, um dos maiores escritórios do país, com mais de 30 profissionais, entre arquitetos, desenhistas e estagiários, constituindo o

que Gramsci (2001a, p. 15) chama de “aparelho privado de hegemonia” do recém constituído Estado Industrialista do pós-anos 1930.

Um aspecto que diz respeito à questão da hegemonia e eixo fundamental que informa a questão dos “aparelhos privados de hegemonia” é a incorporação que Gramsci (2000, p. 16) afirma que:

[...] a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente “escolares”, através das quais a nova geração entra em contato com a antiga e absorve desta a experiência e os valores historicamente necessários, “amadurecendo” e desenvolvendo uma própria personalidade, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade, no seu complexo, para cada indivíduo na sua relação com os outros indivíduos, entre categorias intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpo de exército. Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica e se verifica não só no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre complexos de civilizações nacionais e continentais.

Gramsci faz da questão pedagógica à questão da hegemonia<sup>4</sup>.

Os intelectuais do Estado Industrialista, dentre os quais Roberto Simonsen, e especialmente o ERLAA, incorporam a questão pedagógica em suas práticas e estas estão associadas às necessidades definidas pelas empresas no que concerne à sua política de organização e de gestão do trabalho. Sob a ótica do Americanismo ela assume um caráter de adestramento da mão-de-obra e de adaptação do produtor direto ao posto de trabalho. Nas empresas que desenvolveram essas práticas, a Formação Profissional é incorporada como estratégia operacional na busca da qualidade e da produtividade. Nesse sentido, a qualificação do trabalhador pode estar conjugada à polivalência, ao enriquecimento das tarefas e ao aumento das responsabilidades dos operadores diretos e integra, assim, o sistema técnico e o sistema de relações humanas definido pela empresa. O ERLAA ao desenvolver processos históricos que dizem respeito à capacitação para e no trabalho, portanto, à relação permanente entre o trabalhador e o processo de trabalho torna-se uma “Escola de Formação Profissional” para todos arquitetos que por lá estagiaram, trabalharam ou se tornaram sócios em quase 80 anos de atividades.

O “arquiteto integral” reorganizou o processo que tinha por base o trabalho artesanal herdeiro das guildas e das corporações medievais em sua busca da racionalização dos processos de trabalho em escritório. No processo de trabalho que envolve os ofícios, os produtores diretos estavam submetidos a um rígido controle, tanto no que diz respeito à mobilidade física e profissional, quanto à aquisição e à aplicação do saber técnico e a hierarquia auxiliar-aprendiz-mestre correspondia uma divisão do trabalho, mas, sobretudo, uma nítida diferença na capacidade de execução de tarefas. O processo de trabalho da sociedade industrialista modifica esta situação: o domínio técnico que parte dos trabalhadores em escritório ainda possuía barrou as tentativas de se ampliar a produtividade. Persistindo na ampliação da divisão do trabalho, introduzindo a parcelização das tarefas, a decomposição do trabalho em operações diferentes e complementares, a adoção de princípios tayloristas e fordistas, enfim, na racionalização dos processos de trabalho, o ERLAA fez com que o conhecimento e a habilidade dos produtores diretos fossem apropriados pelo capital e utilizados na sua valorização. De protagonista principal do processo de

trabalho, o antigo mestre-artesão passou a ser um “apêndice”, de artífice passou a ser uma simples e descartável “peça na engrenagem” do moderno escritório de arquitetura.

O ERLAA tornou-se um “aparelho privado de hegemonia”, cujo modo de constituição da hegemonia de classe é feita a partir de duas sínteses de Buci-Glucksmann (1980, p. 124-5): (1ª) A hegemonia e a constituição de um aparelho de hegemonia não se reduzem exclusivamente ao momento superestrutural, a superestrutura, garantindo a “reprodução” de relações de produção. Assim como toda correlação de forças parte da infra-estrutura e de suas contradições materiais, o aparelho de hegemonia está associado a um duplo funcionamento da sociedade civil. São as “iniciativas privadas” com as quais Gramsci caracteriza a sociedade civil e que poderiam definir-se como “iniciativas industriais monopolistas” por um lado, e “culturais-ideológicas”, de outro. E nesse sentido, o aparelho de hegemonia revela-se constitutivo das relações de produção como “relações sociais-ideológicas”. Ideologias práticas, modos de vida, de sentir se enraízam na base da relação “Civiltà – Produção”; (2ª) O “aparelho privado de hegemonia” é “de dominação” e depende do grau, do tipo de desenvolvimento capitalista, dos fatores nacionais específicos de uma formação social concreta. E a noção de intelectuais se torna importante na medida em que é relacionada com a dialética “Aparelho Produtivo – Estado”, modo de passagem da infraestrutura à superestrutura. E os intelectuais são o elo principal da hegemonia em um tipo de desenvolvimento industrial que torna as relações entre a base e as superestruturas mais funcionais.

Diante disso, configura-se a chamada concepção ampliada do Estado. A ampliação do Estado passa por uma incorporação da hegemonia e de seu aparelho ao Estado, conforme Gramsci (2001a, p. 19-20):

Permanecemos ainda no campo da identificação entre o Estado e o governo, identificação que é justamente uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política; porque é preciso notar que a noção de Estado comporta elementos que devem ser vinculados à sociedade civil, (no sentido de Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, “hegemonia encouraçada de coerção”).

É preciso esclarecer que ao mencionar a “confusão entre sociedade civil e sociedade política”, Gramsci está criticando a identificação entre “Estado” e “governo”, o que é uma crítica à ideologia liberal do Estado, como “sustentáculo da ordem” ou como “aparelho parlamentar” identificável simplesmente ao “governo”, questionando qualquer definição jurídico-coercitiva do Estado (Estado “policial”, “gendarme”, “vigilante”, “carabineiro”, etc.), fórmulas que designam “um Estado cujas funções se limitam à tutela da ordem pública e ao respeito das leis”. Essa ideologia liberal oculta o poder do Estado como poder de classe: “Naturalmente, os liberais são pelo Estado vigilante, e gostariam que a iniciativa histórica fosse deixada à sociedade civil e às diferentes forças que atuam, o Estado sendo um mero zelador da lealdade do jogo, das regras do jogo”.

À identificação entre o “Estado” e o “governo”, Gramsci opõe sua concepção ampliada do Estado. Ao precisar a natureza dessa “iniciativa histórica privada” relacionada com o conceito de sociedade civil, estabelece uma equivalência entre “aparelho de hegemonia privado” e “sociedade civil”, sendo que o aparelho de hegemonia se reveste de uma “dupla dimensão”, qual seja, econômica e político-

cultural: “[...] Estado deve-se entender não somente o aparelho governamental, mas também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”. Através da enumeração dos “organismos privados”, o conceito de sociedade civil se vê captado por uma “dupla rede”, que define seu funcionamento e diz respeito às “sociedades capitalistas”, ou seja, às condições de vida materiais, ao sistema privado de produção e implica os aparelhos ideológico-culturais da hegemonia, isto é, aos “aparelhos privados de hegemonia” perfeitamente identificável ao ERLAA.

Ante estas considerações, cai por terra, qualquer “dualidade” ou “confronto” na Arquitetura Moderna Brasileira. A primeira dualidade em questão é a que estabelece arquitetura de “Estado” x “Iniciativa Privada”, que vincula-se a uma compreensão liberal do Estado, “sustentáculo da ordem”, “aparelho parlamentar” identificável ao simples “governo”, “um Estado cujas funções se limitam à tutela da ordem pública e ao respeito das leis”. Outra dualidade em discussão é arquitetura de “Gênio” x “Ofício”, que remete a outra dualidade medieval: “Artes Liberais” x “Artes Aplicadas” ou ainda arquitetura “Nacional” x “Regional” vinculando a primeira à produção de Oscar Niemeyer e à “Escola Carioca”, que viriam conquistar fama por meio de grandes obras para o Estado, e a última caracterizada por um arquiteto como Rino Levi. Reduz-se muito a possibilidade de utilização dessa terminologia dicotômica para compreender as relações entre Arquitetura e Estado no Brasil. Cada vez que encontramos estas fórmulas dicotômicas estamos diante do pensamento que se referencia na mais clássica tradição. Isto quer dizer que este tipo de pensamento sublima a “síntese de múltiplas determinações” e necessita de uma forte unidade principal, unidade que é pressuposta para chegar a duas. A lógica binária e as relações biunívocas dominaram e dominam algumas disciplinas: das ciências humanas (“Os Dois Brasis”, “Casa-Grande e Senzala”, etc.) à linguística (a qual opera, a partir de Chomsky, com a imagem de árvore sintagmática que começa num ponto S para proceder a análise por dicotomias), do estruturalismo à psicanálise (a árvore do delírio na interpretação freudiana) e à informática, etc.

Acreditamos como Martins (1987, p. 16) que não é possível pensar as relações entre Arquitetura e Estado “sem considerar a exigência de seu enfrentamento com as questões que marcaram o clima ideológico do período de sua afirmação no Brasil: o processo de modernização, o projeto de construção de uma identidade nacional e o papel específico do Estado nos processo de transformação social e cultural”. E conforme exposto em nossa dissertação de mestrado, também não é possível pensar a Arquitetura Moderna Brasileira sem desvendar sua contribuição para a problemática da constituição da hegemonia burguesa no Brasil.

A hegemonia<sup>5</sup> é uma categoria que envolve, esclarece Ianni (1994, p. 152):

[...] interesses, ideais, princípios, modos de viver e trabalhar, visões de mundo, compreende também a cultura, expressa-se inclusive culturalmente: lemas, palavras de ordem, temas, controvérsias, políticas culturais, tendências artísticas, explicações sobre o presente e o passado, reinterpretações da história. Em várias épocas marcantes da história da sociedade brasileira, colocaram-se, de modo mais ou menos aberto, as articulações fundamentais entre hegemonia e cultura. Isto é, o poder político, em determinadas modalidades, implica largamente a cultura, em termos de arte, ciência e filosofia. É o que ocorre sob a monarquia, oligarquia, populismo e militarismo. Essas são épocas da história da cultura brasileira, desde que compreendida em suas

diversidades: dominante, subalterna, rural, urbana, camponesa, indígena, afro-brasileira, burguesa, indústria cultural e assim por diante.

Uma rápida caracterização da constituição da hegemonia burguesa no Brasil é a seguinte: em 1930, encontrava-se em decadência a velha República dos oligarcas. À crise mundial do capitalismo, deflagrada em 1929, soma-se à derrocada da economia agrícola de exportação e um novo impulso das relações capitalistas. Sodré (1997, p. 136) nos mostra que estávamos numa fase de ascensão burguesa e declínio da oligarquia agrária. Ao contrário dos antecedentes de rebeliões regionais e provinciais, o movimento iniciado em 1930 teve dimensão nacional, definindo a hegemonia burguesa no processo com o “apoio e a aliança tácita das classes trabalhadoras” conforme acentua Sodré (1997, p. 136).

Conforme aponta Ianni (1985), em 1929, a oligarquia cafeeira, principal força do bloco agrário, entra em crise. A Revolução de 1930 assinala a transição para uma época na qual se dinamizam processos econômicos, políticos, culturais, demográficos e outros tais como os seguintes: industrialização, urbanização, sindicalismo estatal, intervencionismo governamental crescente na economia, fortalecimento do aparato estatal, principalmente do executivo. Devido à “nova” configuração das classes sociais urbanas e às suas relações de força, o Estado começa a expressar um novo arranjo de classes: burguesias cafeeira, comercial, industrial e imperialista, em associação com setores de classe média e operários. Alguns aspectos do significado da revolução de 30 e dos seus desdobramentos nos anos posteriores merecem registro especial.

Este processo, segundo Oliveira (2004), em seus vários níveis e formas constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil a partir dos anos 1930. Para o autor, a evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial, e a conversão da economia pós-anos 1930, que da existência, de setores atrasado e moderno. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer-se que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo. Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase que integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo.

A ascensão da burguesia ao Estado oligárquico em crise, de acordo com Draibe (1985, p. 78), estabelece condições para a centralização política, possibilita as bases de uma profunda intervenção e regulação econômica estatal num espaço político constitutivo de interesses e conflitos sociais. Uma composição de forças marcada pela presença da burguesia assim como também do latifúndio, onde

inicialmente buscou-se alijar a “agitação” tenentista, onde para classe emergente tratava-se de alterar a estrutura vigente, “quebrar o domínio oligárquico”, ampliar direitos democráticos a partir de uma nova política, apesar de não muita clareza de pensamento segundo Sodré (1976, p. 273-4). Movimento político-militar, que foi possível pela rachadura profunda que levou dissidências estaduais no partido Republicano, rompendo com o revezamento São Paulo e Minas Gerais, e uma facção dissidente aliou-se às velhas forças oposicionistas, ainda Sodré (1998, p. 105), e constituiu-se uma nova hegemonia.

Retomando Ianni (1985, p. 17-18), pouco a pouco, forma-se um bloco industrial-agrário, compondo interesses da cafeicultura, indústria, comércio e imperialismo. Se é verdade que a preocupação com a indústria não era inicialmente visível, isto não significa que o governo permaneceu indiferente ao assunto. Ao contrário, as medidas anticíclicas adotadas para proteger a cafeicultura e outras políticas governamentais favoreceram tanto as fábricas e oficinas existentes como a criação de novas. Sob vários aspectos, a revolução de 1930 assinala uma transição importante na história da sociedade brasileira. Aparecem do poder do Estado os proprietários rurais, os cafeicultores que dominavam a Primeira República e que, pelo estilo do governar e pela política econômica que imprimiam, já constituíam um estorvo ao desenvolvimento do País. No seu lugar, ascende outro setor da classe dos proprietários rurais, uma composição de setores nos quais prevaleciam aqueles que tinham uma ligação maior com o mercado interno e que, por isso, puderam mostrar-se mais sensíveis a um projeto de industrialização do país.

A “descontinuidade em movimento”, que caracteriza esse processo, conforme Löwy (1998, p. 76-77), manifesta-se também nas formas muito variáveis que pode tomar a integração de elementos modernos pelas sociedades “atrasadas” ou dependentes: “A possibilidade de saltar os degraus intermediários não é, absoluta; ela é limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país. Um país atrasado rebaixa frequentemente aquilo que ele empresta ao exterior para se adaptar à sua cultura mais primitiva. O próprio processo de assimilação toma, nesse caso, um caráter contraditório”. Esta perspectiva mais complexa, e que privilegia, não somente econômica e técnica, mas também cultural e política e nos permite esboçar uma visão dialética das relações entre “Arquitetura e Estado” no Brasil, pois encara o desenvolvimento histórico, não de forma dicotômica, mas através de saltos súbitos e de fusões contraditórias e aponta para a compreensão da construção dos “oásis” modernos em meio aos “chapidões” do Brasil.

Esse novo bloco histórico exerce influência sobre as diversas instâncias da sociedade e ao conquistar o aparelho estatal pode expandir a sua influência: do controle do sistema educacional a influência nas igrejas, das relações com a indústria cultural à disponibilidade de recursos materiais e organizatórios para mobilizar intelectuais segundo os seus interesses. Tudo isso permitiu a classe social dominante, influenciar as produções culturais, a arquitetura, as artes, as ciências, a filosofia e possibilitou novos temas, linguagens, experiências, isto é, a criação de uma nova visão de mundo (*Weltanschauung*), a construção de uma nova racionalidade, da qual os intelectuais contribuíram de forma expressiva para a constituição dessa produção material e simbólica. Conforme Braga (1995, p. 76): a hegemonia consiste, efetivamente, no exercício de liderança política, intelectual e moral, solidificada por uma concepção unitária e coerente de mundo (ideologia orgânica). Esta direção não se confunde com a subordinação à

ideologia da classe hegemônica pelos grupos aliados. Toda relação hegemônica é, necessariamente, pedagógica e se dá entre as distintas forças que a compõem. Esta concepção de mundo que unifica o bloco hegemônico é realmente a expressão orgânica de todo o bloco.

### *Considerações finais*

Em síntese, a dimensão fundamental da hegemonia, como capacidade de interpretar e expressar os interesses de determinada classe, para exercer-se e manter-se compreende valores, ideais, princípios, modos de fazer, pensar e dizer, visão do mundo. A hegemonia diz respeito à consciência de classe e compreende também uma visão da Sociedade, da Nação, do Estado e da História. O exercício e a manutenção da hegemonia burguesa no Brasil e, especialmente em São Paulo, foram possíveis pela “síntese de múltiplas determinações” e implicou em pelo menos quatro níveis de mediações: (1) dos intelectuais e os aparelhos de hegemonia, (2) das relações entre a formação profissional nos “aparelhos privados de hegemonia”, isto é, a “hegemonia como relação pedagógica”, (3) da construção de uma nova visão de mundo e (4) dos antagonismos de classe. Vejamos a seguir:

(1) A incorporação dos “aparelhos privados de hegemonia” na análise do Estado por Gramsci, representa um ponto de sutura entre as relações Estado-Classe e relações Estado-Sociedade e são fundamentais para a compreensão das relações entre os intelectuais e a questão da hegemonia burguesa especialmente os intelectuais presentes em um escritório de arquitetura como o ERLLA. A relação entre os intelectuais e o mundo da produção é “mediatizada”, no caso dos grupos sociais, por todo o tecido social, pelo “conjunto das superestruturas”, isto é, dos “aparelhos privados de hegemonia”, dos quais os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Conforme Gramsci (2001):

Seria possível medir a ‘organicidade’ dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político. (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

Esse tipo de intelectual define-se da seguinte forma, a partir de Dias (1996, p. 35):

Tanto o capitalismo quanto o Estado nacional tendem cada vez mais à criação e utilização dos intelectuais. A criação dos intelectuais e de outras racionalidades, das condições de existência delas. E isso se fez, no caso das revoluções burguesas inglesa e francesa, “privadamente”, como “naturalidade”, como simples extensão dessa racionalidade sobre a sociedade. Como hegemonia. Racionalidade que se traduz em cada um dos campos de intervenção histórica: da produção e reprodução da materialidade ao campo do estético e/ou da afetividade.

A especialização típica das formações sociais capitalistas acabou por criar para si, conforme aponta Gramsci (2001, p. 34), um corpo burocrático de nova estrutura, pois – além dos escritórios especializados de pessoas competentes, que preparam o material técnico para os corpos deliberativos –

cria-se um segundo corpo de funcionários, mais ou menos ‘voluntários’ e desinteressados, escolhidos, em cada oportunidade, na indústria, nos bancos, nas finanças. Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e os parlamentos; atualmente, o mecanismo vai se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática privada, que controla assim os regimes e a burocracia. Já que se trata de um desenvolvimento orgânico necessário, que tende a integrar o pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas.

(2) A capacidade expansiva da hegemonia de uma classe não se limita só à direção política (no sentido estrito), mas abarca igualmente os aparelhos ideológicos e culturais da hegemonia e a incorporação de sua dimensão pedagógica, qual seja, a formação profissional e sua política de organização e de gestão do trabalho nos “aparelhos privados de hegemonia”. Contudo, a expressão da hegemonia não se restringe à esfera cultural, a hegemonia é também econômica, “nasce da fábrica”, mas não pode prescindir desta. A questão da hegemonia aponta para a formação educativa do “homem novo”, da vontade coletiva, capaz de criar um novo aparelho estatal e de transformar a sociedade. Aponta também, e ao mesmo tempo, para a elaboração e conseqüente difusão de uma nova concepção de mundo. E é nessa dimensão particular, da luta pela hegemonia de uma classe sobre a sociedade, que ganha importância o reconhecimento das organizações ditas “privadas” da sociedade civil: as igrejas, os sindicatos, as escolas, os escritórios de arquitetura, etc.

(3) O Estado para ser fundado, construído, exige a criação de uma visão de mundo (*Weltanschauung*). A configuração de um Estado significa a construção de uma nova racionalidade, na qual produção material, produção simbólica, articulação de direitos, criação de intelectuais expressam e ampliam a nova racionalidade em ação e que é essencial para uma nova civilização moderna. A arquitetura moderna brasileira se propõe a resolver sua materialidade para que seja possível a construção dessa nova racionalidade, e se torna fundamental para produzir uma nova concepção de mundo ou mundividência.

A construção de uma nova visão de mundo é “racionalidade de classe que se faz história e que obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é a delas” (DIAS, 1996, p. 34). Hespéria, que é como os gregos chamavam a Itália, é uma metáfora dessa racionalidade nos Trópicos, deste princípio que redefine habilidades e práticas, o modo de viver. Essa racionalidade demanda um processo de adaptação psico-físico a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc. Essa racionalidade é a capacidade que uma classe tem de construir sua hegemonia e decorre da possibilidade de elaborar uma visão de mundo própria, autônoma, uma nova civilização.

(4) O processo de construção da hegemonia burguesa no Brasil ocorre no cotidiano antagônico das classes e decorre da sua capacidade de elaborar uma visão de mundo autônoma do ponto de vista central das classes, da qual os arquitetos da moderna arquitetura brasileira contribuíram especialmente para sua constituição.

A partir das considerações de Gramsci (2001a, p. 8-9), é possível entender que essa centralidade é tomada como “síntese de múltiplas determinações” e é determinante no exercício da hegemonia.

Diferenciar-se, contrapor-se como visão de mundo às demais classes, afirmar-se como projeto para si e para a sociedade; ser direção das classes subalternas e dominadas na construção de uma nova forma civilizatória. Para tal finalidade, é fundamental ter a capacidade de estruturar o campo de lutas a partir do qual ela poderá determinar suas frentes de intervenção e articular suas alianças. A hegemonia é a elaboração de uma nova civiltà, de uma nova civilização. É uma “reforma intelectual e moral”, é a criação de um terreno para um ulterior desenvolvimento da “vontade coletiva nacional-popular”, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização moderna.

Com o falecimento de Rino Levi e, especialmente, com a Reestruturação Produtiva<sup>6</sup> ocorrida no Brasil, o ERLAA teve dificuldades de acompanhar as mudanças nos processos de trabalho, com seus sócios saindo para abrir seus próprios escritórios em meados dos anos 1990. A introdução da informática aplicada à arquitetura, por exemplo, tornou desnecessária a manutenção de tantos arquitetos para o detalhamento das plantas. Atualmente, uns poucos profissionais, em seus pequenos escritórios, tem à disposição ferramentas computacionais para projetar, por exemplo, complexos industriais. O mega-escritório sucumbiu ante a chegada das Novas Tecnologias, marcando o início da nova era da produção em geral e especialmente na arquitetura, de uma nova forma civilizatória, a nova *civiltà* “pós-moderna”.

### **Referências:**

- ANELLI, R.; GUERRA, A.; KON, N. *Rino Levi: arquitetura e cidade*. São Paulo: Romano e Guerra, 2001.
- ANELLI, R. *Arquitetura e cidade na obra de Rino Levi*. 1995. 319 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- ANTUNES, Ricardo et al. O avesso do trabalho. *Idéias*, Campinas, a. 9, n. 2; a.10, n. 1, 2003.
- ARANHA, M. B. de C. *Rino Levi: arquitetura como ofício*. 2003. 214 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- \_\_\_\_\_. Rino Levi: arquitetura como ofício. *Óculum*, Campinas, n. 3, p. 46-52, mar. 1993.
- BIANCHI, Á. *Hegemonia em construção*. São Paulo: Xamã, 2001.
- BRAGA, R. Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia. In: KATZ, C.; BRAGA, R.; COGGIOLA, O. *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.
- BROCCOLI, A. *Antonio Gramsci e l'educazione come egemonia*. Firenze: La Nuova Italia, 1974.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DIAS, E. F. et al. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E. F. (Org.). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 9-79.
- DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.
- GADOTTI, M. *Pedagogia da práxis*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GONSALES, C. H. C. *Residência e cidade: arquiteto Rino Levi*. São Paulo: Vitruvius, 2001. Disponível em: [www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp050.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp050.asp). Acesso em: jan. 2003.

- \_\_\_\_\_. *Racionalidade e contingência na arquitetura de Rino Levi com ênfase na verificação do diálogo normativo-espacial no processo de projeto*. 2000. 125 f. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UPC-ET-SAB, Barcelona, 2000.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a. v. 3.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. v. 4.
- \_\_\_\_\_. *La formazione dell'uomo*. 2. ed. Roma: Riuniti, 1974.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- IANNI, O. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- JESUS, A. T. de. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1989.
- LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Outubro*, São Paulo, n. 1, p. 73-80, 1998.
- MACHADO, L. G. *Rino Levi e a renovação da arquitetura brasileira*. 1992. 256 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- MANACORDA, M. A. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A. O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MARTINS, C. A. F. *Arquitetura e estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lúcio Costa 1924/1952*. 1987. 225 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- MIGUEL, J. M. C. *As casas de Rino Levi: um estudo de concepção espacial*. 1985. 225 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1985.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- REIS FILHO, N. G. *Arquitetura de Rino Levi*. In: RINO LEVI. Milano: Edizioni di Comunità, 1975.
- SALMONI, A.; DEBENEDETTI, E. *Arquitetura italiana em São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, (1953) 1981.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 23. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.
- SODRÉ, N. W. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A história da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- VILLELA, F. F. A formação de professores para a educação de jovens e adultos (EJA). In: CAMARGO, M. R. R. M. de (Org.). *Peja: nossas práticas, nossas histórias 2 (textos dos coordenadores dos projetos nos campi da Unesp)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- \_\_\_\_\_. Intelectuais e divisão do trabalho na escola: apontamentos para uma gestão democrática do ensino médio In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL 90 ANOS DO MOVIMENTO COMUNISTA NO BRASIL, 2012, Marília. *Anais...* Marília: Unesp, 2012. v. 1. p.1-16.
- \_\_\_\_\_. Novas tecnologias, inteligência coletiva e educação: o blog de aula - mutirão de sociologia In: JORNADA DO NÚCLEO DE ENSINO DE MARÍLIA, 10., 2011, Marília. *Anais...* Marília: Oficina Universitária, 2011. v. 1. p.1-15.

\_\_\_\_\_. *A formação de intelectuais e a organização do trabalho pedagógico*. 2010-2012. (Projeto de Pesquisa do Plano Global de Atividades). Departamento de Educação, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

\_\_\_\_\_. *A escola da justiça global*. 2009. Monografia (Pós-Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

\_\_\_\_\_. *Indústria da construção civil e reestruturação produtiva: as novas tecnologias e seus modos de socialização construindo as cidades contemporâneas*. São Paulo: Livrus, 2008. Disponível em: <[www.livrus.com.br](http://www.livrus.com.br)>. Acesso em: 9 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. *Rino Levi – hespéria nos trópicos: A racionalização dos processos de trabalho em escritórios de arquitetura e a interação entre intelectuais, estado desenvolvimentista e a industrialização em São Paulo*. 2003. 324 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

---

### Notas:

<sup>1</sup> Sociólogo, mestre e doutor em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – IFCH/UNICAMP, é professor do Departamento de Educação do Instituto de Biologia, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – IBILCE/UNESP. E-mail: [fvillela@ibilce.unesp.br](mailto:fvillela@ibilce.unesp.br).

<sup>2</sup> O projeto de digitalização “Acervo Digital Rino Levi – FAU PUC-Campinas” contou com financiamento da FAPESP e foi coordenado pelos professores Abílio Guerra, Maria Beatriz de Camargo Aranha e Wilson Roberto Mariana. O acervo conta com mais de 3.500 imagens em alta resolução, que estão hoje depositadas na FAU PUC-Campinas e na FAU-USP. Os originais do escritório (negativos, diapositivos e ampliações fotográficas) que serviram de base para as imagens digitais, são hoje parte integrante do acervo da FAU-USP. Dentre as publicações que se utilizaram do acervo digital, destaque para o seguinte livro: ANELLI, R.; GUERRA, A.; KON, N. *Rino Levi: Arquitetura e Cidade*. São Paulo: Romano e Guerra, 2001.

<sup>3</sup> Dentre as cerca de 80 indústrias projetadas pelo escritório poderíamos destacar algumas: 1943 – Companhia Jardim de Cafés Finos. Av. do Estado, 5748 – São Paulo [figura 016]; 1956 – Laboratório Paulista de Biologia. R. Maria Cândida, 1693 – São Paulo; 1963 – Usina de Leite Parahyba – São José dos Campos/SP; 1972 – Jornal “O Estado de São Paulo” – São Paulo; 1977 – Ind. Gessy Lever Ltda – Fábrica de Detergentes em Pó Industrializado – Indaiatuba/SP, entre outras.

<sup>4</sup> Cabe destacar alguns estudos feitos sobre as relações entre Educação e Hegemonia: Broccoli (1974), Freitag (1986), Gramsci (2001b) e (1974), Jesus (1989), Manacorda (1991) e (1990), Saviani (1991), Gadotti (1995), entre outros.

<sup>5</sup> É digno de nota ressaltar alguns estudos sobre a problemática da hegemonia no Brasil, dentre os quais podemos citar: Bianchi (2001), Braga (1995) e Dias (1996), entre outros.

<sup>6</sup> Para melhor compreensão dos processos de Reestruturação Produtiva no Brasil ver o livro-dossiê do grupo de pesquisa de ANTUNES, R. et al. O avesso do trabalho. *Idéias*, Campinas, a. 9, n. 2; a.10, n. 1, 2003.

Recebido em: 05/2014

Publicado em: 02/2015.